



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 17h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006099-28.2018.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Planos de Saúde**
 Requerente: **Joel Ribeiro**
 Requerido: **Unimed de Araraquara Cooperativa de Trabalho Médico**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Humberto Isaias Gonçalves Rios**

Vistos.

JOEL RIBEIRO, qualificado nos autos, ajuizou ação revisional de contrato de plano de saúde c/c pedido de liminar c/c restituição de indébito contra **UNIMED DE ARARAQUARA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO**.

Relatório dispensado, nos termos da lei.

Fundamento e decidido.

Possível o julgamento antecipado da lide, com fundamento no artigo 355, I, do Código de Processo Civil.

A ação é parcialmente procedente.

A princípio, consigne-se que a solução da presente ação deve se fundar no resultado do acórdão proferido no julgamento do REsp nº 1.568.244 – RJ (2015/0297278-0), Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, julgado em 14 de dezembro 2016, cuja matéria foi objeto de afetação, nos termos do art. 1.037, II, do novo CPC.

No mais, é fato incontroverso a existência de relação negocial entre as partes, consistente na prestação de serviços médico-hospitalares. Conquanto a possibilidade de se proceder ao reajuste do prêmio por mudança de faixa etária esteja efetivamente prevista no artigo 15 da Lei n.º 9.656/98, com o advento da Lei n. 10.741/03 tal modalidade de atualização de valores tornou-se inaplicável em relação ao idoso por força do § 3.º do artigo 15 do Estatuto do Idoso, que dispõe expressamente que *"é vedada a discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade"*.

Também é certo que há reajustes autorizados pela agência reguladora, para preservação do valor econômico da moeda. O que se veda é majoração real com base na idade, tanto em planos individuais, quanto em planos coletivos, como o caso dos autos. A vedação do aumento está expressa em lei. Ante os contínuos descumprimentos, a jurisprudência paulista se


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 17h00min

consolidou no único sentido possível e editou as Súmulas:

“Súmula 91: *Ainda que a avença tenha sido firmada antes da sua vigência, é descabido, nos termos do disposto no art. 15, § 3.º, do Estatuto do Idoso, o reajuste da mensalidade de plano de saúde por mudança de faixa etária.*”

“Súmula 100: *O contrato de plano/seguro saúde submete-se aos ditames do Código de Defesa do Consumidor e da Lei nº 9.656/98 ainda que a avença tenha sido celebrada antes da vigência desses diplomas legais.*”

A propósito, confirmam-se precedentes no sentido da aplicação plena da regra, especificamente aos planos coletivos:

“PROCESSUAL - ILEGITIMIDADE ATIVA E PASSIVA - Beneficiários do contrato de prestação de serviços médico-hospitalares coletivo, que detém legitimidade para discutir a nulidade de cláusula contratual – Prestadora de serviços de saúde é parte legítima para figurar no polo passivo, sendo a responsável final pelo recebimento do prêmio e titular da pretensão resistida. PLANO DE SAÚDE SINISTRALIDADE - Variáveis do cálculo do índice de reajuste não informadas. Unilateralidade desprezada - Violação do dever de informação. Art. 16, IX e XI da Lei 9.656/98. Prejuízo, ante a onerosidade excessiva ao consumidor. Prática abusiva que o coloca em desvantagem exagerada. Arts. 6.º, V, 47 e 51, X do CDC. SEGURADO IDOSO. Aumento excessivo em contrato firmado com idoso - Caráter discriminatório. Art. 15 § 3.º da Lei nº 10.741/03 Estatuto do Idoso. Aplicação imediata, mesmo aos contratos firmados antes de sua entrada em vigor. Contrato de trato sucessivo e renovação automática. Norma de ordem pública. Aumento excessivo. Cláusula abusiva. Princípio da vulnerabilidade do consumidor. Art. 15 da Lei 9.656/98 que coloca limites cogentes à variação dos aumentos. Percentuais estabelecidos pela ANS. Súmula 91 do TJSP. Sentença de procedência. Recurso improvido.” (Ap. nº 0006441-61.2013.8.26.0577 - 5.ª Câmara de Direito Privado – rel. Fábio Podestá – j. 15.01.2014).

“Plano de saúde. Contrato coletivo empresarial. Aumento da mensalidade em razão da mudança de faixa etária. Abusividade. Sentença mantida. Recurso desprovido”. (Ap. nº 0163204-37.2011.8.26.0100 - 1.ª Câmara de Direito Privado - rel. Claudio Godoy – j. 10.12.2013).

O Superior Tribunal de Justiça também já se pronunciou acerca do tema:

“PLANO. SAÚDE. AUMENTO. MENSALIDADE. MUDANÇA. FAIXA ETÁRIA. *Trata-se, na origem, de ação interposta por instituto de defesa do consumidor contra sociedade empresária de plano de saúde na qual se discute a validade de cláusula fixada em contrato de serviço médico-hospitalar que reajusta o valor da prestação em razão de mudança de*

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE ARARAQUARA****FORO DE ARARAQUARA****VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL****RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 17h00min**

faixa etária. A Turma, ao prosseguir o julgamento, por maioria, entendeu que não há como considerar violador do princípio da isonomia o reajuste autorizado por lei em razão de mudança de faixa etária, uma vez que há um incremento natural do risco que justifica a diferenciação, ademais quando já idoso o segurado. Conforme o disposto no art. 15, § 3.º, da Lei n. 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) e no art. 14 da Lei n. 9.656/1998, não é possível, por afrontar o princípio da igualdade, que as seguradoras, em flagrante abuso do exercício de tal direito e divorciadas da boa-fé contratual, aumentem sobremaneira a mensalidade dos planos de saúde, aplicando percentuais desarrazoados, que constituem verdadeira barreira à permanência do idoso no plano. Se assim fizessem as seguradoras, criariam fator de discriminação do idoso com o objetivo escuso e ilegal de usar a majoração para desencorajar o segurado a permanecer no plano, o que não pode ser tolerado. Para a validade dos reajustes em razão de mudança da faixa etária, devem ser atendidas as seguintes condições: previsão no instrumento negocial, respeito aos limites e demais requisitos estabelecidos na Lei n. 9.656/1998 e observância do princípio da boa-fé objetiva, que veda reajustes absurdos e aleatórios que onerem em demasia o segurado. Caso algum consumidor perceba abuso no aumento de sua mensalidade em razão de mudança de faixa etária, aí sim se poderá cogitar de ilegalidade, cujo reconhecimento autorizará o julgador a revisar o índice aplicado, seja em ação individual ou coletiva. Com esses fundamentos, a Turma, por maioria, deu provimento ao recurso.” (REsp 866.840-SP, Rel. originário Min. Luis Felipe Salomão, Rel. para acórdão Min. Raul Araújo, julgado em 7/6/2011).

Destarte, por conta de sua faixa etária, o idoso não pode ter atendimento recusado, como também, não pode ver as prestações de seu plano de saúde sofrerem reajustes em função de sua idade, de modo que o pedido declaratório é acolhido e deve ser estabelecida a obrigação do plano em respeitar os valores anteriores e aplicar tão somente os reajustes autorizados.

Além disso, não se pode deixar de reconhecer que o aumento promovido pela requerida é abusivo e por isso fere as disposições da legislação protetiva do consumidor. Desta forma, possível a mitigação do *pacta sunt servanda*, de modo a afastar as cláusulas que violam a essência do contrato.

Por fim, é certo que o reconhecimento da ilegalidade do aumento acarreta a devolução dos valores pagos a maior, realizados a partir do início das cobranças ora reconhecidas ilegais. Contudo, verifica-se que a prestação devida deverá ser aquela estipulada no mês anterior ao que o autor completou os 60 anos de idade, atualizada apenas pelos índices legais aplicados à espécie e não de faixa etária.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 17h00min

Por fim, pelas mesmas razões expostas a fls. 61, indefiro o pedido da tutela de urgência.

Ante o exposto, julgo **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a ação para o fim de reconhecer a ilegalidade das cláusulas contratuais que preveem o aumento das prestações em função da idade, sendo permitidos apenas os reajustes estabelecidos pela ANS, conforme apontado pelo autor no item “c” de fls. 09, além de condenar a ré a restituir ao autor as diferenças das parcelas indevidamente pagas, que serão apuradas em liquidação de sentença. O valor encontrado será abatido das quantias efetivamente pagas, restituindo-se ao autor os montantes encontrados, devidamente atualizados a partir de cada desembolso, com juros de mora de 1% ao mês a partir da citação (art. 405, CC).

Não há sucumbência nesta fase (art. 55 da lei 9.099/95). O recurso cabível é o inominado (art. 41 da lei n. 9.099/95). O preparo compreende as custas dispensadas em primeiro grau (art. 54, parágrafo único, da lei 9.099/95 e art. 4º, I e II da lei estadual n. 11.608/03, conforme a lei n. 15.855/15); é a soma de 1% do valor da causa ou cinco Ufesps (o que for maior), mais 4% da condenação ou cinco Ufesps (o que for maior).

Por força do art. 52, III, da lei n. 9.099/95, a parte vencida desde já fica ciente: 1) incidirá multa de 10% sobre a condenação se não for paga em quinze dias após o trânsito em julgado, mediante oportuna intimação, conforme art. 523 do CPC; 2) se o débito não for pago, o nome do devedor poderá ser anotado no SPC, e poderá ser expedida certidão para protesto da sentença condenatória (art. 517 do CPC).

Após o trânsito em julgado, em caso de depósito para cumprimento da condenação (antes de instaurada a execução), seguido de concordância (ou silêncio) da parte credora a respeito, expeça-se mandando de levantamento.

P.I.

Araraquara, 17 de setembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**